

PETIÇÃO 12.404 DISTRITO FEDERAL

RELATOR : MIN. ALEXANDRE DE MORAES
REQTE.(S) : SOB SIGILO
ADV.(A/S) : SOB SIGILO
REQDO.(A/S) : SOB SIGILO
ADV.(A/S) : SOB SIGILO
REQDO.(A/S) : SOB SIGILO
ADV.(A/S) : SOB SIGILO E OUTRO(A/S)

DECISÃO

Trata-se de PET autuada por prevenção à Pet 12.100/DF, a partir de ofício encaminhado a esta SUPREMA CORTE pela autoridade policial, comunicando a instauração de Inquérito Policial (IPL n. 2024.0024068-CGCINT/DIP/PF), que apura a possível prática de crimes de obstrução de investigações de organização criminosa (art. 2º, §1º, da Lei n. 12.850/13) e de incitação ao crime (art. 286, do Código Penal).

A presente investigação demonstrou a participação criminosa e organizada de inúmeras pessoas para ameaçar e coagir Delegados federais que atuam ou atuaram nos procedimentos investigatórios contra milícias digitais e a tentativa de golpe de Estado.

As redes sociais – em especial a “X” – passaram a ser instrumentalizadas com a exposição de dados pessoais, fotografias, ameaças e coações dos policiais e de seus familiares.

Além de condutas praticadas diretamente por ALLAN LOPES DOS SANTOS – foragido da Justiça – a Polícia Federal localizou provas que evidenciaram que inúmeras pessoas, umas identificadas e outras não, passaram a aderir à conduta criminosa e passaram a realizar condutas de intimidação/exposição dos agentes da lei, em especial a adolescente MARIANA VOLF PEDRO EUSTÁQUIO (16 anos), filha do foragido da Justiça OSWALDO EUSTÁQUIO FILHO – que vem atuando ilicitamente com a utilização dos perfis de sua filha – e de SANDRA MARA VOLF PEDRO EUSTAQUIO, EDNARDO D'AVILA MELLO RAPOSO, SENADOR MARCOS DO VAL, entre outros.

PET 12404 / DF

Em decisão de 7/8/2024, entre outras medidas, determinei à empresa TWITTER INC. (responsável pela rede social "X") que, no prazo de 2 (duas) horas, procedesse ao bloqueio dos canais/perfis/contas indicados, bem como de quaisquer grupos que sejam administrados pelos usuários seus, inclusive bloqueando eventuais monetizações em curso relativas aos mencionados perfis, devendo as plataformas informar os valores que seriam monetizados e os destinatários dos valores, sob pena de multa diária de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), com o fornecimento de seus dados cadastrais a esta SUPREMA CORTE e a integral preservação de seu conteúdo.

A referida empresa foi devidamente intimada da referida determinação, por e-mail (govbrasil@twitter.com), às 9h40min de 12/8/2024, deixando de atender à decisão judicial. Foi aplicada multa diária prevista de R\$ 50.000,00 (CINQUENTA mil reais) em face da empresa X BRASIL INTERNET LTDA., (antigo Twitter), determinando a intimação pessoal do representante legal X BRASIL INTERNET LTDA.

Em 16/8/2024, a determinação judicial foi reiterada, bem como ampliado o valor da multa diária, em virtude da constatação de dolosa evasão dos representantes legais da X BRASIL para evitar a intimação da decisão judicial.

Essa conduta dolosa foi certificada pela Secretaria:

“Certifico que tão logo de posse do mandado, por volta da 10h30min, tentou-se, sem sucesso, contato com o representante legal da intimando por intermédio do contato telefônico disponibilizado no mandado (11 3054-5259). Ato contínuo, procedi uma busca no sítio do cadastro nacional dos advogados www.cna.oab.org.br, levantando-se como única informação relevante o mesmo numero telefônico já disponível.

Ao mesmo tempo em que estabeleci contato com a Dra Mariana de Saboya Furtado, advogada representante da X Brasil nos autos da Pet 12.720, solicitando suporte/intermediação no sentido do contato e localização do Dr Diego de Lima Gualda, oportunidade que fui informado que

o Dr Diego de Lima Gualda seria mais o representante jurídico da X e que alguém da X Brasil iria responder diretamente a num, passando as informações necessárias o que não aconteceu ate o presente momento.

Relatada a dificuldade no cumprimento da ordem à Secretaria Judiciária, notadamente diante da urgência imposta no cumprimento, disponibilizou-se o contato da Sra. Gabriela Salomão - Relações Públicas da X Brasil (61 99989 7373). Estabelecido contato, foi orientado a formalizar por email - govbrasil@twitter.com e gsalomão@x.com - o pedido de informações e esclarecimentos desejados, encaminhado o e-mail restara confirmado que o Dr Diego, de fato, não mais representa o X Brasil, assim como de que o novo representante jurídico da X Brasil seria a Dra Rachel de Oliveira Vila Nova Conceição, RG 25868187-1 SSP DF e CPF 255. 747.418-57, informando, ao fim, o endereço da sede da X Brasil Lida em São Paulo SP.

Reiterei novamente o pedido para que me fosse franqueado um contato telefônico, o que não fora feito, entretanto forneceu-se um endereço de e-mail (rvilla@br4businnes.com).

Encaminhado e-mail solicitando a abertura de um canal de comunicação não obtive ate o presente momento qualquer devolutivo.

Por fim, restara tentada ainda uma derradeira construção de um canal de comunicação/intermediação junta à Dra. Daniela Seadi Kesslesm em São Paulo, representante da Banca de advogados Pinheiro Neto, entretanto informara não dispor do contato. Disse, ainda, que daria um retorno, entretanto ate o momento nada fora feito.

Não havendo, pois, como evoluir na realização de diligências in loco em razão de encontrar-se sediada a intimada em outra unidade da federação, devolvo o presente mandado SEM O CUMPRIMENTO DA ORDEM nele exarada, aguardando nova determinação”.

PET 12404 / DF

Em 17/8/2024, o acionista majoritário e responsável internacional pela REDE X, ELON MUSK, expressamente, declarou que manteria o desrespeito as decisões judiciais brasileiras, bem como anunciou que extingiria a subsidiária brasileira – X BRASIL, com a flagrante finalidade de ocultar-se do ordenamento jurídico brasileiro e das decisões do Poder Judiciário.

Em 18/8/2024, diante da permanência do desrespeito às determinações judiciais e da declarada intenção de ELON MUSK em não se sujeitar ao ordenamento jurídico e ao Poder Judiciário brasileiros, em relação às empresas TWITTER INTERNATIONAL UNLIMITED COMPANY (CNPJ nº 15.493.642/0001-47), T. I. BRAZIL HOLDINGS LLC (CNPJ nº 15.437.850/0001-29), X BRASIL INTERNET LTDA. (CNPJ nº 16.954.565/0001-48) e RACHEL DE OLIVEIRA VILLA NOVA CONCEIÇÃO (CPF nº 255.747.418-57) foram determinados os bloqueios imediatos das contas bancárias/ativos financeiros, mediante expedição de ofício ao BANCO CENTRAL DO BRASIL, e da comunicação oficial à CVM (para que o bloqueio se operacionalize nesse caso por meio do sistema SOF-CEI), incluindo posição de custódia de ações, títulos privados, títulos públicos e derivativos, aplicações em fundos de investimento, VGBL, PGBL, aplicações em LCA e LCI, aplicações em CDB' s, RDB' s, COE, ouro e afins, previdência privada, cartas de consórcio; e veículos automotores por meio do Sistema RENAJUD e de bens imóveis por meio da Central Nacional de Indisponibilidade de Bens (CNIB) e de embarcações e aeronaves eventualmente registradas.

Em 24/8/2024, em virtude da ausência de recursos financeiros suficientes encontrados das empresas TWITTER INTERNATIONAL UNLIMITED COMPANY, T. I. BRAZIL HOLDINGS LLC e X BRASIL INTERNET LTDA., para a adimplemento das multas diárias, bem como de decisão que entendeu configurada a existência de “grupo econômico de fato” entre a X BRASIL INTERNET LTDA, a STARLINK BRAZIL HOLDING LTDA e a STARLINK BRAZIL SERVIÇOS DE INTERNET, todas ligadas a empresa SPACE X e comandadas de fato por ELON MUSK, foram determinados novos bloqueios de contas bancárias/ativos

PET 12404 / DF

financeiros, mediante expedição de ofício ao BANCO CENTRAL DO BRASIL, e da comunicação oficial à CVM (para que o bloqueio se operacionalize nesse caso por meio do sistema SOF-CEI), incluindo posição de custódia de ações, títulos privados, títulos públicos e derivativos, aplicações em fundos de investimento, VGBL, PGBL, aplicações em LCA e LCI, aplicações em CDB' s, RDB' s, COE, ouro e afins, previdência privada, cartas de consórcio, de veículos automotores por meio do Sistema RENAJUD e de bens imóveis por meio da Central Nacional de Indisponibilidade de Bens (CNIB) e de de embarcações e aeronaves eventualmente registradas em nome das empresas STARLINK BRAZIL HOLDING LTDA (CNPJ nº 39.523.686/0001-30) e STARLINK BRAZIL SERVIÇOS DE INTERNET LTDA (CNPJ nº 40.154.884/0001-53).

As condutas ilícitas de ELON MUSK e X BRASIL INTERNET LTDA permaneceram, pois continuaram descumprindo TODAS AS ORDENS JUDICIAIS proferidas nos autos, e sua desobediência acarretou o montante de R\$ 18.350.000,00 (dezoito milhões, trezentos e cinquenta mil reais) em multas, conforme cálculo apresentado pela Secretaria Judiciária desta SUPREMA CORTE (certidão datada de 29/8/2024).

Em decisão de 30/8/2024, presentes os requisitos legais necessários, *fumus boni iuris* – consistente nos reiterados, conscientes e voluntários descumprimentos das ordens judiciais e inadimplemento das multas diárias aplicadas, além da tentativa de não se submeter ao ordenamento jurídico e Poder Judiciário brasileiros, para instituir um ambiente de total impunidade e “terra sem lei” nas redes sociais brasileiras, inclusive durante as eleições municipais de 2024 –, bem como o *periculum in mora* – consistente na manutenção e ampliação da instrumentalização da X BRASIL, por meio da atuação de grupos extremistas e milícias digitais nas redes sociais, com massiva divulgação de discursos nazistas, racistas, fascistas, de ódio, antidemocráticos, inclusive no período que antecede as eleições municipais de 2024, ficou determinada:

“A SUSPENSÃO IMEDIATA, COMPLETA E INTEGRAL DO FUNCIONAMENTO DO “X BRASIL INTERNET LTDA” em território nacional, até que todas as ordens judiciais

proferidas nos presentes autos sejam cumpridas, as multas devidamente pagas e seja indicado, em juízo, a pessoa física ou jurídica representante em território nacional. No caso de pessoa jurídica, deve ser indicado também o seu responsável administrativo”.

Por unanimidade, em 3/9/2024 a PRIMEIRA TURMA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL referendou a decisão, nos seguintes termos:

EMENTA: CONSTITUCIONAL E CIVIL. NOVA REALIDADE NA INSTRUMENTALIZAÇÃO DAS REDES SOCIAIS PELOS POPULISTAS DIGITAIS EXTREMISTAS COM MACIÇA DIVULGAÇÃO DE DISCURSOS DE ÓDIO E MENSAGENS ANTIDEMOCRÁTICAS. UTILIZAÇÃO DE DESINFORMAÇÃO PARA CORROER OS PILARES DA DEMOCRACIA E DO ESTADO DE DIREITO. NECESSIDADE DE ABSOLUTO RESPEITO AOS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS DA REPÚBLICA (CF. ARTS. 1º, 2º E 3º) POR TODAS AS EMPRESAS NACIONAIS OU ESTRANGEIRAS. OBRIGATORIEDADE LEGAL DE NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTE LEGAL DE EMPRESA QUE ATUE EM TERRITÓRIO NACIONAL. OBRIGATORIEDADE CONSTITUCIONAL DE RESPEITO ÀS DECISÕES DO PODER JUDICIÁRIO. OSTENSIVA REITERAÇÃO DE DESOBEDIENCIA À ORDEM JUDICIAL CARACTERIZADA. DECISÃO REFERENDADA.

1.A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 não permite que se confunda liberdade de expressão com liberdade de agressão ou inexistente censura com necessária proibição constitucional ao discurso de ódio e de incitação a atos antidemocráticos.

2.Toda e qualquer entidade privada que exerça sua atividade econômica em território nacional deve respeitar o ordenamento jurídico nacional e cumprir, de forma efetiva, comandos diretos emitidos pelo Poder Judiciário brasileiro.

3.O Código Civil brasileiro estabelece que a constituição

de qualquer sociedade, obrigatoriamente, deve indicar as pessoas naturais incumbidas da administração da sociedade, e seus poderes e atribuições.

4.A sociedade estrangeira, para poder atuar legalmente no Brasil, necessita de autorização prévia do governo federal (LINDB, art. 11, § 2º), com expressa indicação de *representante no Brasil, com poderes para resolver quaisquer questões e receber citação judicial pela sociedade* (CC, art. 1.138) e, uma vez autorizada a funcionar, *ficará sujeita às leis e aos tribunais brasileiros, quanto aos atos ou operações praticados no Brasil* (CC, art. 1.137).

5. O Marco Civil da Internet (Lei 12.965/2014) prevê a responsabilização civil do provedor de aplicações de internet por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros, caso não sejam realizadas as medidas determinadas por ordem judicial dentro do prazo assinalado e nos limites técnicos do serviço.

6.Esgotamento de todos os mecanismos legais para que a empresa X BRASIL cumprisse as ordens judiciais, no intuito de impedir medida mais gravosa.

7.Manutenção ostensiva e agressiva do desrespeito às ordens judiciais do Poder Judiciário brasileiro, com o encerramento das atividades da X BRASIL em território nacional, com a não nomeação de representantes legais, não adimplemento das multas aplicadas e, inclusive, por meio de inúmeras postagens ofensivas reiterando o desprezo pelo JUSTIÇA BRASILEIRA.

8.Presença dos requisitos legais necessários, *fumus boni iuris* consistente nos reiterados, conscientes e voluntários descumprimentos das ordens judiciais e inadimplemento das multas diárias aplicadas, além da tentativa de não se submeter ao ordenamento jurídico e Poder Judiciário brasileiros, para instituir um ambiente de total impunidade e terra sem lei nas redes sociais brasileiras, inclusive durante as eleições municipais de 2024 , bem como o *periculum in mora* consistente na manutenção e ampliação da instrumentalização da X

BRASIL, por meio da atuação de grupos extremistas e milícias digitais nas redes sociais, com massiva divulgação de discursos nazistas, racistas, fascistas, de ódio, antidemocráticos, inclusive no período que antecede as eleições municipais de 2024.

9. DECISÃO MONOCRÁTICA REFERENDADA no sentido da (a) SUSPENSÃO IMEDIATA, COMPLETA E INTEGRAL DO FUNCIONAMENTO DO X BRASIL INTERNET LTDA em território nacional, até que todas as ordens judiciais proferidas nos presentes autos sejam cumpridas, as multas devidamente pagas e seja indicado, em juízo, a pessoa física ou jurídica representante em território nacional. No caso de pessoa jurídica, deve ser indicado também o seu responsável administrativo; (B) APLICAÇÃO DE MULTA DIÁRIA de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) às pessoas naturais e jurídicas que incorrerem em condutas para fraudar a decisão judicial, com a utilização de subterfúgios tecnológicos (como por exemplo o VPN, entre outros) para a continuidade de utilização e comunicações pelo X, enquanto durar a suspensão, sem prejuízo das demais sanções civis e criminais, na forma da lei.

Em 18/9/2024, a ANATEL noticiou a atualização do aplicativo da plataforma X, ocorrida nas últimas 24 (vinte e quatro) horas, que possibilitou o amplo acesso dos usuários aos serviços da referida plataforma, comprometendo a efetividade da suspensão determinada nos autos desta Pet 12.404/DF, informando que:

“de acordo com as informações preliminares apuradas por nossa equipe de fiscalização, uma atualização do aplicativo X, ocorrida na noite de ontem para hoje, comprometeu a efetividade do bloqueio previamente implementado pelas operadoras” (petição STF nº 118.444/2024).

Na mesma ocasião, a ANATEL encaminhou aos autos o Ofício nº 130/2024/PR-ANATEL, com explicações sobre a atualização que permitiu o desrespeito ao bloqueio determinado nos autos, noticiando, ainda, as

PET 12404 / DF

possíveis providências que podem ser adotadas para cessar a desobediência à ordem judicial.

Em decisão de 18/9/2024, mediante a DOLOSA, ILÍCITA E PERSISTENTE RECALCITRÂNCIA da plataforma X no cumprimento de ordens judiciais, que foi confessada diretamente por seu maior acionista, ELON MUSK, em publicação no próprio X dirigida a todo território nacional, conforme divulgado pela imprensa, foi determinado que:

(1) À AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES (ANATEL) que adote, imediatamente, todas as providências necessárias à CONCRETIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DA SUSPENSÃO DO FUNCIONAMENTO DO X BRASIL INTERNET LTDA. EM TERRITÓRIO NACIONAL DETERMINADA PELA PRIMEIRA TURMA DESSA SUPREMA CORTE, inclusive, SUSPENDENDO A UTILIZAÇÃO DE SEUS NOVOS ACESSOS PELOS SERVIDORES “CDN CLOUDFLARE, FASTLY e EDGEUNO” e outros semelhantes. As providências adotadas e as medidas implementadas devem ser comunicadas a esta SUPREMA CORTE, em 24 (vinte e quatro) horas;

(2) Às empresas TWITTER INTERNATIONAL UNLIMITED COMPANY (CNPJ nº 15.493.642/0001-47), T. I. BRAZIL HOLDINGS LLC (CNPJ nº 15.437.850/0001-29), X BRASIL INTERNET LTDA. (CNPJ nº 16.954.565/0001-48) que, imediatamente, SUSPENDAM A UTILIZAÇÃO DE SEUS NOVOS ACESSOS PELOS SERVIDORES “CDN CLOUDFLARE, FASTLY e EDGEUNO” e outros semelhantes, criados para burlar a decisão judicial de bloqueio da plataforma em território nacional, SOB PENA DE MULTA DIÁRIA DE R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais).

É o breve relatório. DECIDO.

O TÉRMINO DA SUSPENSÃO DO FUNCIONAMENTO DA REDE X EM TERRITÓRIO NACIONAL E, CONSEQUENTEMENTE, O RETORNO IMEDIATO DE SUAS ATIVIDADES DEPENDEM UNICAMENTE DO CUMPRIMENTO INTEGRAL DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E DA ABSOLUTA OBSERVÂNCIA ÀS DECISÕES DO PODER JUDICIÁRIO, EM RESPEITO À SOBERANIA NACIONAL.

Em resumo – conforme detalhado anteriormente no relatório da presente decisão –, há necessidade do cumprimento das seguintes determinações pelas empresas TWITTER INTERNATIONAL UNLIMITED COMPANY (CNPJ nº 15.493.642/0001-47), T. I. BRAZIL HOLDINGS LLC (CNPJ nº 15.437.850/0001-29), X BRASIL INTERNET LTDA. (CNPJ nº 16.954.565/0001-48):

(A) DECISÃO DE 30/8/2024: cumprimento de todas as ordens judiciais proferidas nos presentes autos, pagamento de todas as multas impostas em face da inobservância das decisões de bloqueios e a indicação, em juízo, de pessoa física ou jurídica representante legal em território nacional;

(B) DECISÃO DE 18/9/2024: suspensão da utilização dos novos acessos pelos servidores “CDN CLOUDFLARE, FASTLYU e EDGEUNO e outros semelhantes”, criados para burlar a decisão judicial de bloqueio da plataforma em território nacional e, caso ocorra a desobediência, pagamento de multa diária de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais).

(I) – CUMPRIMENTO DE TODAS AS ORDENS JUDICIAIS DE BLOQUEIOS DE PERFIS.

Os perfis com determinação de bloqueio, conforme determinado nas decisões de 7/8/2024, 16/8/2024 e 20/8/2024 são:

Decisão de 7/8/2024:

@EdRaposo_

PET 12404 / DF

Claudio061973,
@PrJosiasPereir3,
@marcosdoval,
@DraPaola_
@mveustaquio,
@xfischer,

Decisão de 16/8/2024

@pfigueiredobr2

Decisão de 20/8/2024

@pfigueiredobr03

Em petição encaminhada aos autos em 18/9/2024 (petição STF nº 118.898/2024), a X BRASIL INTERNET LTDA. esclareceu que:

“as Operadoras do X providenciaram o bloqueio integral das contas objeto das ordens proferidas em 7.8.2024 (Pet 12.404 - Ofício nº 16832/2024, Ofício n.º 17062/2024 e mandado de intimação de nº 5069/2024), 16.8.2024 (Petição 10.802 DF - Ofício nº 17304/2024) e 20.8.2024 (Petição 10.802 DF - Ofício nº 17383/2024), quais sejam: @EdRaposo_, Claudio061973, @PrJosiasPereir3, @marcosdoval, @DraPaola_, @mveustaquio, @xfischer, @pfigueiredobr2 e @pfigueiredobr03, anexando as capturas de tela com a mensagem de “conta retida” em relação aos referidos perfis”.

Em 20/9/2024, a X BRASIL INTERNET LTDA. requereu a juntada das informações detalhadas a respeito das contas bloqueadas @EdRaposo_, @Claudio061973, @PrJosiasPereir3, @marcosdoval, @DraPaola_, @mveustaquio, @xfischer, @pfigueiredobr2 e @pfigueiredobr03, em cumprimento às decisões proferidas nestes autos em 7/8/2024; na Pet 10.802/DF em 16/8/2024; e na Pet 10.802/DF em 20/8/2024 (petição STF nº 120.340/2024).

As informações constantes na petição STF nº 120.340/2024 foram acompanhadas de 1.974 (mil, novecentas e setenta e quatro) páginas contendo os dados de login e bloqueio dos referidos perfis:

@EdRaposo_:

```
"account" : {  
  "accountId" : "1518965841261441024",  
  "createdAt" : "2022-04-26T14:52:11.382Z",  
  "email" : "edinhoamr@hotmail.com",  
  "createdVia" : "oauth:129032",  
  "username" : "EdRaposo_",  
  "accountDisplayName" : "Ed Raposo"
```

@Claudio061973

```
"account" : {  
  "accountId" : "1585688307924598802",  
  "createdAt" : "2022-10-27T17:42:33.126Z",  
  "createdVia" : "oauth:258901",  
  "username" : "Claudio061973",  
  "accountDisplayName" : "Cláudio Luz"
```

@PrJosiasPereir3

```
"account" : {  
  "accountId" : "1552018179148349444",  
  "createdAt" : "2022-07-26T19:50:09.933Z",  
  "email" : "br.josiaspereira@gmail.com",  
  "createdVia" : "oauth:3033300",  
  "username" : "PrJosiasPereir3",  
  "accountDisplayName" : "@Jopelim"
```

@xfischer

```
"account" : {  
  "accountId" : "50163413",  
  "createdAt" : "2009-06-24T01:04:34.000Z",  
  "email" : "xfischer@gmail.com",  
  "createdVia" : "web",
```

```
"username" : "xfischer",  
"accountDisplayName" : "Sergio Fischer †"
```

@DraPaola_

```
"account":{  
"accountId" : "1782814847119265792",  
"createdAt" : "2024-04-23T16:53:37.218Z",  
"email" : drapaola.s.daniel@hotmail.com",  
"createdVia" : "oauth:258901",  
"username" : "DraPaola_",  
"accountDisplayName" : "Paolá Daniel"
```

@marcosdoval

```
"account" : {  
"accountId" : "54600557",  
"createdAt" : "2009-07-07T16:41:02.000Z",  
"email" : marcosdoval@senado.leg.br,  
"createdVia" : "web",  
"username" : "marcosdoval", "accountDisplayName" :  
"Marcos do Val"
```

@mveustaquio

```
"account":{  
"accountId": "1768138289398071296",  
"createdAt" : "2024-03-14T04:53:22.970Z",  
"email" : contatorenews2@gmail.com,  
"createdVia" : "oauth:129032",  
"username" : "mveustaquio",  
"accountDisplayName" : "Mariana Eustáquio"
```

@pfigueiredobr2:

```
"account" : {  
"accountId" : "1806753116219412480",  
"createdAt" : "2024-06-28T18:14:58.754Z",  
"email" : "pfigueiredobr2@paulofigueiredo.me",
```

```
"createdVia" : "oauth:3033300",  
"username" : "pfigueiredobr2",  
"accountDisplayName" : "Paulo Figueiredo (BR-2)"
```

@pfigueiredobr03

```
"account" : {  
"accountId" : "1824615634560237568",  
"createdAt" : "2024-08-17T01:14:16.023Z",  
"email" : "pfigueiredobr3@paulofigueiredo.me",  
"createdVia" : "oauth:258901",  
"username" : "pfigueiredobr03",  
"accountDisplayName" : "Paulo Figueiredo (BR-3)"
```

Diante da documentação trazida aos autos, NÃO HÁ DÚVIDAS DE QUE A X BRASIL COMPROVOU O INTEGRAL CUMPRIMENTO DE TODAS AS ORDENS JUDICIAIS REFERENTES AOS BLOQUEIOS DE PERFIS NESSES AUTOS COMO REQUISITO ESSENCIAL PARA O RETORNO IMEDIATO DE SUAS ATIVIDADES EM TERRITÓRIO NACIONAL.

(II) – PAGAMENTO DAS MULTAS IMPOSTAS POR DESRESPEITO ÀS DECISÕES JUDICIAIS DE BLOQUEIOS.

A X BRASIL alega que realizou o pagamento da multa estabelecida em juízo, no valor de R\$ 18.300.000,00 (dezoito milhões e trezentos mil reais), mediante a transferência dos valores até então bloqueados no Banco Citibank S.A e Itaú Unibanco S.A para as contas da União.

Conseqüentemente, a X BRASIL pleiteia o cumprimento integral desse requisito para o retorno de suas atividades.

Não assiste razão à requerente, uma vez que – até o presente momento – **não houve o adimplemento final das multas aplicadas** à X BRASIL e à sua representante legal, RACHEL DE OLIVEIRA VILLA NOVA CONCEIÇÃO.

PET 12404 / DF

Conforme anteriormente relatado, em decisão de 7/8/2024, foi determinado à empresa TWITTER INC. (responsável pela rede social "X") que, no prazo de 2 (duas) horas, procedesse o bloqueio dos canais/perfis/contas indicados, bem como de quaisquer grupos que sejam administrados pelos usuários seus, inclusive bloqueando eventuais monetizações em curso relativas aos mencionados perfis, devendo as plataformas informar os valores que seriam monetizados e os destinatários dos valores, sob pena de multa diária de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), com o fornecimento de seus dados cadastrais a esta SUPREMA CORTE e a integral preservação de seu conteúdo.

A referida empresa foi devidamente intimada da referida determinação, por e-mail (govbrasil@twitter.com), às 9h40min de 12/8/2024, deixando de atender à decisão judicial.

Foi aplicada multa diária prevista de R\$ 50.000,00 (CINQUENTA mil reais) em face da empresa X BRASIL INTERNET LTDA., (antigo Twitter), determinando a intimação pessoal do representante legal X BRASIL INTERNET LTDA.

Em 16/8/2024, a determinação judicial foi reiterada, bem como ampliado o valor da multa diária, em virtude da constatação de dolosa evasão dos representantes legais da X BRASIL para evitar a intimação da decisão judicial, como certificou a Secretaria Judiciária.

Em decisão do dia 18/8/2024, foi determinada a aplicação de multa diária de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) à representante legal da empresa, RACHEL DE OLIVEIRA VILLA NOVA, cumulativa à multa imposta à empresa, que atingiu o montante de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), conforme certidão de 24/09/2024 da Secretaria Judiciária.

Dessa maneira, o valor total da multa aplicada a X BRASIL é de R\$ 18.300.000,00 (dezoito milhões e trezentos mil reais) e o montante da multa aplicada a sua representante legal foi de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

Tanto a empresa, quanto sua representante legal deixaram de cumprir as determinações legais e de recolherem o valor das multas aplicadas.

No sentido de garantir o futuro adimplemento das multas aplicadas nos autos, foram determinados em decisões de 18/8/2024 e 24/8/2024 o bloqueio junto ao Banco Central do Brasil das contas de titularidade das empresas e de sua representante legal.

Em 11/9/2024, foi determinada a transferência IMEDIATA DOS VALORES BLOQUEADOS PELAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS ABAIXO INDICADAS PARA A UNIÃO (Banco do Brasil - Código 0001; Agência 1607-1; Conta 170500-8; Código identificador: 04000100001188280), para garantia do pagamento integral do valor final da multa aplicada no montante de R\$ 18.350.000,00 (dezoito milhões, trezentos e cinquenta mil reais), da seguinte maneira:

ITAÚ UNIBANCO

R\$ 2.053.209,30 (dois milhões, cinquenta e três mil, duzentos e nove reais, e trinta centavos) da empresa X Brasil Internet Ltda. (CNPJ. 16.954.565/001-48);

BANCO CITIBANK S.A.

R\$ 5.228.925,84 (cinco milhões, duzentos e vinte e oito mil, novecentos e vinte e cinco reais, e oitenta e quatro centavos) da empresa X Brasil Internet Ltda. (CPNJ nº 16.954.565/0001-48);

R\$ 11.067.864,87 (onze milhões, sessenta e sete mil, oitocentos e sessenta e quatro reais, e oitenta e sete centavos), da empresa Starlink Brazil Serviços de Internet Ltda. (CNPJ nº 40.154.884/0001-53).

Em relação à então representante legal da empresa, RACHEL DE OLIVEIRA VILLA NOVA, não foram encontrados valores suficientes para garantia de adimplemento da multa aplicada em R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) (fls. 842).

O bloqueio dos valores anteriormente citados e sua transferência para uma conta da União – vinculada à esses autos no SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – **representam garantia do juízo para o adimplemento final da sanção**, mas **NÃO PAGAMENTO FINAL E DEFINITIVO DAS MULTAS APLICADAS**, uma vez que há recurso

interposto pela STARLINK BRAZIL HOLDING LTDA. e STARLINK BRAZIL SERVIÇOS DE INTERNET LTDA. (petição STF nº 118.866/2024) pendente de julgamento, com pedido de exclusão de responsabilidade pelo adimplemento das multas aplicadas.

Dessa maneira, PARA QUE POSSA RETORNAR IMEDIATAMENTE ÀS SUAS ATIVIDADES EM TERRITÓRIO NACIONAL, A X BRASIL, COM A EXPRESSA ANUÊNCIA DA STARLINK, DEVERÁ INFORMAR SE OS VALORES DEVIDAMENTE BLOQUEADOS SERÃO UTILIZADOS PARA O ADIMPLENTO FINAL DA MULTA APLICADA, COM A CONSEQUENTE DESISTÊNCIA DOS RECURSOS INTERPOSTOS, bem como, A REPRESENTANTE LEGAL RACHEL DE OLIVEIRA VILLA NOVA DEVERÁ RECOLHER A MULTA NO VALOR DE R\$ 300.000,00 (TREZENTOS MIL REAIS).

(III) – INDICAÇÃO, EM JUÍZO DE PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA REPRESENTANTE LEGAL EM TERRITÓRIO NACIONAL.

Em petição de 26/9/2024, a X BRASIL INTERNET LTDA indica, com a apresentação de documentação, que comprovou:

“(i) a regularidade da nomeação da Sra. Rachel de Oliveira Villa Nova Conceição como representante legal do X Brasil;

(ii) a regularidade da outorga da procuração ad judicium aos signatários, mediante a assinatura pela sua representante legal devidamente nomeada e com poderes para essa finalidade, com a expressa ratificação de todos os atos praticados pelos mesmos desde 18.9.2024;

(iii) a permanência como empresa ativa, regularmente constituída e com escritório físico em endereço conhecido onde poderá receber citações e intimações;

(iv) a regularidade de sua situação cadastral perante a Receita Federal e o Banco Central do Brasil com a indicação da sua nova representante legal”.

A documentação trazida aos autos pela X BRASIL é corroborada pelas informações prestadas por determinação do juízo.

A RECEITA FEDERAL DO BRASIL, na data de 25/9/2024 (petições STF n^os 122.535/2024 e 122.536/2024), informou que:

1. A empresa X Brasil Internet Ltda, inscrita no CNPJ n^o 16.954.565.0001-48, foi constituída em 5 de setembro de 2012. Possui o tipo jurídico de Sociedade Empresária Limitada; um capital social no valor de R\$ 509.185.000,00 (quinhentos e nove milhões, cento e oitenta e cinco mil reais) e encontra-se com situação cadastral 'Ativa' no CNPJ. Seus estabelecimentos informados são a sua Matriz, localizada na cidade de São Paulo, sito à Av. Brigadeiro Faria Lima n^o 4055, 5^o andar, sala 05-119, CEP 04538-133. Outro estabelecimento informado o seu CNPJ é uma filial localizada na cidade do Rio de Janeiro, porém com situação cadastral 'Baixada' desde 27/11/2018, a qual estava situada no logradouro Praia de Botafogo, 228, 16^o andar;

2. Consta como objeto social da empresa: *"O objeto social compreende a comercialização, a monetização e a promoção da rede de informação twitter, incluindo o website twitter, rede móvel e outras plataformas a realização de outros serviços e negócios relacionados com as atividades mencionadas acima a gestão de participações societárias em outras sociedades, a veiculação de materiais de publicidade na internet, a prestação de serviços de pesquisa e desenvolvimento referente a procedimentos, processos, projetos relacionados a tecnologia, propriedade intelectual e qualquer outra propriedade intangível semelhante e a realização de serviços de suporte relacionados a estas atividades";*

3. No Quadro de Sócios e Administradores (QSA), constam como sócios da empresa, com suas participações no capital social:

- T.I. BRAZIL HOLDINGS LLC, CNPJ 15.437.850/0001-29, com participação de R\$1,00
- Twitter International Unlimited Company✓ com participação de R\$509.184.999,00; e

PET 12404 / DF

- Rachel de Oliveira Villa Nova Conceição, CPF 255.747.418-57, como Administradora.

4. As seguintes atividades econômicas foram declaradas no cadastro da empresa:

- 62.04-0/00 - Consultoria em tecnologia da informação;
- 63.19-4/00 - Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de

informação na internet; e

- 64.62-0/00 - Holdings de instituições não-financeiras

5. Os demais dados cadastrais, incluindo-se os contatos e contabilistas declarados para o CNPJ em questão constam nos documentos obtidos no Sistema Portal de Cadastros RFB, os quais seguem anexos à presente Nota:

- Ficha Cadastral da Pessoa Jurídica - Entidade: CNPJ 16.954.565 - X BRASIL INTERNET LTDA - Ativa;

- Ficha Cadastral da Pessoa Jurídica - Estabelecimento: CNPJ 16.954.565/0001-48 - X BRASIL INTERNET LTDA - Ativa;

- Ficha Cadastral da Pessoa Jurídica - Estabelecimento: CNPJ 16.954.565/0002-29 - XBRASIL INTERNET LTDA - Baixada;

- Ficha Cadastral da Pessoa Jurídica-: Entidade: CNPJ 15.437.850-T.I. BRAZIL HOLDINGS LLC – Ativa

- Ficha Cadastral da Pessoa Jurídica - Entidade: CNPJ 15.493.642 -TWITTER INTERNATIONALUNLIMITED COMPANY- Ativa.

O Banco Central do Brasil, também em 25/9/2024 (petição STF nº 122.143/2024), encaminhou aos autos o “relatório do resultado da requisição da consulta por CPF/CNPJ”.

Na documentação encaminhada pelo BACEN, consta que a empresa X BRASIL INTERNET LTDA (CNPJ 16.954.565/0001-48) possui relacionamento atuais com o Banco Citibank S.A. e Itaú Unibanco S.A. e que já possuiu relacionamento com o Deutsche Bank S.A. Banco Alemão (este último encerrado em 2020).

Em relação ao Banco Citibank S.A, consta que a empresa X BRASIL

PET 12404 / DF

INTERNET LTDA (CNPJ 16.954.565/0001-48) possui vínculo com RACHEL DE OLIVEIRA VILLA NOVA CONCEIÇÃO desde 05/06/2024, sem data-fim, em relação à conta 40873935, Agência 1.

Já no Banco Itaú consta que a empresa X BRASIL INTERNET LTDA (CNPJ 16.954.565/0001-48) possui vínculo com RACHEL DE OLIVEIRA VILLA NOVA CONCEIÇÃO desde 20/08/2024, sem data-fim, em relação à conta 322779 na Agência 3100.

O contrato social que acompanhou a documentação enviada pelo BACEN é datado de 29/8/2012.

A JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, em 25/9/2024 (petição STF nº 122.601), encaminhou aos autos certidão contendo a “Linha do Tempo do Quadro de Sócios e Administradores”.

Na documentação encaminhada pela JUCESP, consta a entrada de RACHEL DE OLIVEIRA VILLA NOVA CONCEIÇÃO como administradora da empresa em 19/4/2024 e saída em 20/8/2024, bem como o seu retorno em 20/9/2024.

O último documento arquivado na JUCESP é:

“PROCURAÇÃO DATADA DE: 20/09/2024, OUTORGADA POR: TWITTER INTERNATIONAL UNLIMITED COMPANY, PARA: RACHEL DE OLIVEIRA VILLA NOVA CONCEIÇÃO, NAC. BRASILEIRA EST.CIVIL DIVORCIADA, CPF:25574741857, RG: 25.868.187-1, UF: SP, DOMICILIADA À AVENIDA IMPERATRIZ LEOPOLDINA, 1248, SALA 203-A, VILA LEOPOLDINA, SÃO PAULO, SP CEP 05305 - 012, COM PODERES DE CITAÇÃO, PRAZO: DETERMINADO, COM VALIDADE ATÉ: 20/09/2025”.

Diante da documentação trazida aos autos, A X BRASIL COMPROVOU A INDICAÇÃO, EM JUÍZO DE PESSOA FÍSICA REPRESENTANTE LEGAL EM TERRITÓRIO NACIONAL, COMO REQUISITO ESSENCIAL PARA O RETORNO IMEDIATO DE SUAS ATIVIDADES EM TERRITÓRIO NACIONAL.

(IV) – SUSPENSÃO DA UTILIZAÇÃO DOS NOVOS ACESSOS PELOS SERVIDORES “CDN CLOUDFLARE, FASTLYU e EDGEUNO E OUTROS SEMELHANTES”, CRIADOS PARA BURLAR A DECISÃO JUDICIAL DE BLOQUEIO DA PLATAFORMA EM TERRITÓRIO NACIONAL E PAGAMENTO DE MULTA DIÁRIA DE R\$ 5.000.000,00 (CINCO MILHÕES DE REAIS) CASO OCORRA A DESOBEDIÊNCIA DA SUSPENSÃO DA UTILIZAÇÃO DESSES NOVOS ACESSOS.

Em decisão do dia 18/9/2024, foi determinado as empresas TWITTER INTERNATIONAL UNLIMITED COMPANY (CNPJ nº 15.493.642/0001-47), T. I. BRAZIL HOLDINGS LLC (CNPJ nº 15.437.850/0001-29), X BRASIL INTERNET LTDA. (CNPJ nº 16.954.565/0001-48) que, imediatamente, suspendessem a utilização de seus novos acessos pelos servidores “CDN CLOUDFLARE, FASTLY e EDGEUNO” e outros semelhantes, criados para burlar a decisão judicial de bloqueio da plataforma em território nacional, SOB PENA DE MULTA DIÁRIA DE R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais).

Dessa decisão, as empresas foram devidamente intimadas por edital no dia 19/9/2024 (DJe de 19/9/2024, <https://digital.stf.jus.br/publico/publicacao/522459>).

A ANATEL, em 25/9/2024 (petição STF nº 122.351/2024), informou que a plataforma permanece bloqueada, mas que, na manhã de 18 de setembro de 2024, a plataforma X estava acessível por atualização e migração para a CDN CloudFlare.

A ANATEL informou, ainda, que tomadas as medidas técnicas cabíveis, relatadas no Ofício nº 140/2024/PR-ANATEL e no Ofício nº 142/2024/PR-ANATEL, a plataforma X deixou de usar a infraestrutura da CDN CloudFlare somente às 17h00 de 19 de setembro de 2024.

Dessa maneira, houve – nesse primeiro momento – o descumprimento da ordem judicial por UM DIA (19/09/2024).

A ANATEL, também, juntou aos autos informações no sentido de que, no período da manhã do dia 23/9/2024, houve novo descumprimento da ordem judicial, nos seguinte termos:

“a equipe técnica detectou que o serviço X estava disponível pela prestadora Starlink, apenas pelo aplicativo, carregando apenas texto (sem imagens), mas não por navegadores na Internet.”

A evidência de acessibilidade encontra-se demonstrada no item 17 do Ofício nº 146/2024/PR-ANATEL.

Dessa maneira, em face do DESCUMPRIMENTO PELA X BRASIL DA ORDEM JUDICIAL DO DIA 18/09/2024 POR DOIS DIAS (19 e 23/09), A EMPRESA DEVERÁ RECOLHER A MULTA DE R\$ 10.000.000,00 (DEZ MILHÕES DE REAIS), PARA QUE POSSA RETORNAR IMEDIATAMENTE ÀS SUAS ATIVIDADES EM TERRITÓRIO NACIONAL.

(IV) – DISPOSITIVO.

Diante de todo o exposto, para que a X BRASIL INTERNET LTDA. (CNPJ nº 16.954.565/0001-48) RETORNE IMEDIATAMENTE ÀS SUAS ATIVIDADES EM TERRITÓRIO NACIONAL, DETERMINO QUE:

(1) A X BRASIL INTERNET LTDA:

(1.1) INFORME, COM A EXPRESSA ANUÊNCIA DA STARLINK BRAZIL SERVIÇOS DE INTERNET LTDA. (CNPJ nº 40.154.884/0001-53), SE OS VALORES DEVIDAMENTE BLOQUEADOS SERÃO UTILIZADOS PARA O ADIMPLEMENTO FINAL DA MULTA APLICADA, COM A CONSEQUENTE DESISTÊNCIA DOS RECURSOS INTERPOSTOS;

(1.2) EFETUE O IMEDIATO PAGAMENTO DA MULTA DE R\$ 10.000.000,00 (DEZ MILHÕES DE REAIS), EM FACE DO DESCUMPRIMENTO DA ORDEM JUDICIAL DO DIA 18/09/2024 POR DOIS DIAS (19 e 23/09).

(2) A REPRESENTANTE LEGAL RACHEL DE OLIVEIRA VILLA EFETUE O IMEDIATO PAGAMENTO DA MULTA APLICADA NO VALOR DE R\$ 300.000,00 (TREZENTOS MIL REAIS).

Intimem-se os advogados regularmente constituídos por X BRASIL INTERNET LTDA. (CNPJ nº 16.954.565/0001-48) e STARLINK BRAZIL SERVIÇOS DE INTERNET LTDA. (CNPJ nº 40.154.884/0001-53), inclusive por meios eletrônicos.

Ciência à Procuradoria-Geral da República.

Cumpra-se.

Brasília, 27 de setembro de 2024

Ministro **ALEXANDRE DE MORAES**

Relator

Documento assinado digitalmente